

ENTRE CONCEITOS E PRECONCEITOS: A PATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE EM *PSYCHOPATHIA SEXUALIS* DE RICHARD VON KRAFFT-EBING

Between concepts and prejudices: The pathologization of homosexuality in psychopathia sexualis of Richard Von Krafft-Ebing

Jarbas Dametto¹; Júlia Cristina Schmidt²

¹ Psicólogo, mestre e doutorando em Educação. Professor da Universidade de Passo Fundo e da Faculdade Anglicana de Tapejara. E-mail: jarbas@upf.br.

² Acadêmica do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES/PIBID – Filosofia UPF.

Data do recebimento: 20/07/2015 - Data do aceite: 17/09/2015

RESUMO: Este artigo busca, através de uma revisão de literatura e da análise de uma obra específica, revisitar criticamente os argumentos que possibilitaram, em fins do século XIX, a inserção da homossexualidade no campo da psicopatologia. O livro em questão é *Psychopathia Sexualis*, no qual o autor Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902) categoriza a homossexualidade como patologia em 22 de seus casos. Nota-se, na obra, que o autor esforça-se para arregimentar argumentos e investigar hipóteses que poderiam dar ao homossexual o *status* de doente e assim incluí-lo no rol dos objetos da medicina, estando assim, sujeito à sua ação. A crítica proposta visa desconstruir os argumentos deste, a fim de problematizar a questão da homossexualidade, não apenas no contexto que se daria na época, mas explicitando-a como uma experiência a ser pensada e refletida. A crítica em questão se alicerça na obra de Michel Foucault (1926-1984), que constrói suas análises sobre as imbricações entre os saberes, as experiências sociais concretas e as instituições, expondo os processos de fabricação do verdadeiro em cada momento histórico. Evidencia-se, nesse sentido, a homossexualidade como experiência que transborda os limites do discurso científico.

Palavras-chave: Psicopatologia. Homossexualidade. Foucault.

ABSTRACT: The aim of this article is critically revisit the arguments that made the inclusion of homosexuality in the field of psychopathology possible in the late nineteenth century. To this end, a literature review and an analysis of a particular work was performed. The book in question is *Psychopathia Sexualis*, in which the author, Richard von Krafft-Ebing, categorizes homosexuality as a pathology in 22 of its cases. According to the book the author strives to enroll arguments and to investigate hypotheses that could give the homosexual status of sick and so include him in the list of medical objects, and also subjected to its action. The objective of this criticism is to deconstruct the arguments of this book in order to discuss the issue of homosexuality, not only in the context of that time, but explaining it as an experience to be considered and reflected. The criticism in question is grounded in the work of Michel Foucault (1926-1984), who builds his analysis on the overlapping of the knowledge, the concrete social experiences and institutions, exposing the building processes of the true in every historical moment. Therefore, homosexuality is understood as an experience that overflows the boundaries of the scientific discourse.

Keywords: Psychopathology. Homosexuality. Foucault.

Introdução

Adentrando à Modernidade, a sexualidade humana tornou-se objeto do discurso acadêmico e científico, sendo uma experiência encampada pela Medicina, pela Psicologia, pelo Direito, dentre outros campos do saber. Como aponta Foucault (2001), para além de qualquer hipótese de repressão generalizada da experiência sexual, ora ou outra tomada como verídica, houve, principalmente entre meados do século XIX e início do século XX, uma efetiva abundância discursiva em torno da experiência sexual e a busca por uma apropriação científica desta experiência, o que redundou em diversas tentativas de normatização e uma série de argumentos prescritivos acerca do tema.

Um dos mais curiosos e marcantes esforços para uma espécie de “sistematização taxonômica” da experiência sexual “aberrante” foi o estudo denominado *Psychopathia Sexualis*, trabalho de cunho clínico e forense, publicado em 1886 pelo psiquiatra Richard von Krafft-Ebing (1840-1902). Tal

obra que é aqui abordada com o intuito de analisar a inscrição da homoafetividade ou homossexualidade no âmbito do patológico, vasculhando os argumentos e premissas teóricas que sustentaram tal proposição, bem como, reconstituir os caminhos genealógicos das acepções agora tidas como “preconceituosas”, e que hodiernamente ainda perpassam tal experiência.

Frente ao intento do ensaio aqui proposto, foram operadas algumas premissas da análise do discurso que compõem a “ferramentaria” foucaultiana enquanto recurso crítico aos campos do saber, bem como se lançou mão de suas próprias incursões críticas sobre as problemáticas envolvidas: anormalidade e patologização, sexualidade e domínios de saber-poder. A análise crítica acerca de *Psychopathia Sexualis* tomou como referência a única edição nacional da obra (KRAFFT-EBING, 2001), que conta com 238 casos de “sexualidades desviantes”, sendo, dentre esses, 22 casos intitulados como “homossexualidade”, sobre os quais se deram as análises.

Krafft-Ebing e a *Psychopathia Sexualis*

Frente ao propósito deste escrito, cabe desenhar uma breve apresentação e contextualização do autor e da obra analisada, para que se possa apreender com maior clareza as afirmações e conjecturas deste autor. Richard von Krafft-Ebing foi um psiquiatra alemão que habitava um contexto ainda “pouco amadurecido” da ciência e da prática psiquiátrica: ele partilha de uma fragilidade epistemológica e compartilhada por praticamente todos os autores desta área que construíram suas teorizações no correr do século XIX. Retomando alguns estudos de Foucault sobre o tema (FOUCAULT, 2002; 2005; 2006), que remetem ao estado da arte do saber psiquiátricos da época, pode-se antever nesta obra a existência, não somente de um esforço científico de classificação e compreensão, mas também um efetivo enquadramento moral das experiências relatadas, e por vezes, sua condução para espaços e técnicas disciplinares ou de exclusão social.

A obra em questão se destaca pelo pioneirismo que representou nos primórdios da psiquiatria científica, ao abarcar um grande número de relatos de casos de “psicopatologias” envolvendo a conduta sexual. Como propõe Pereira (2009, p. 381), na *Psychopathia Sexualis*, “[...] teremos uma primeira grande síntese das concepções médicas sobre aquilo que viria a ser concebido tecnicamente como ‘perversões’. Na edição analisada, constam diversos casos supostamente reais e das mais diversas naturezas, sendo que o autor foi um dos precursores da terminologia ainda hoje utilizada ao considerar situações semelhantes. Termos como masoquismo, sadismo, fetichismo, dentre outros, tiveram nesta obra, e em obras contemporâneas a ela, suas primeiras aparições no léxico médico-científico. Ainda de acordo com Pereira (2009), este estudo de Krafft-Ebing é o

[...] primeiro levantamento sistemático e completo das diferentes formas de perturbação da vida sexual humana, encaradas a partir de então como transtornos médico-psiquiátricos. Esse célebre Tratado, publicado pela primeira vez em 1886, foi por certo precedido por inúmeros outros estudos médicos sobre os comportamentos sexuais tidos como doentios. Contudo pela sua importância, influência, repercussão e rigor descritivo, ela tornou-se uma espécie de paradigma da apropriação do erotismo humano pelo discurso médico e positivista a partir do século XIX. (p. 380).

Oosterhuis (2012) propõe que, nas décadas finais do século XIX (a partir de 1860), se instituiu a própria forma moderna da sexualidade, apontando que, com estudos como os de Krafft-Ebing e seus contemporâneos, traçaram-se não somente os discursos sobre as perversões ou anormalidades, mas haveria também neste recorte histórico, a própria consolidação do modo moderno de relacionar-se com o sexual, o que inclui a apropriação médico-científica da experiência, que torna-se então, objeto do saber e da intervenção do médico. Esta construção do *objeto sexualidade* salta aos olhos frente aos diversos neologismos emergentes neste período: inversão sexual, homossexualidade, assim como heterossexualidade, são termos originados nesta empreitada técnica sobre o sexual, a mesma que gerou, como acima proposto, quase a totalidade da nomenclatura ainda hoje utilizada para designar experiências sexuais “desviantes”. Dentro deste enquadre discursivo, o sujeito, agora *paciente* ou *caso*, não seria vitimado passivamente por um poder médico, antes, teria nesses parâmetros um elemento que atua junto à construção de sua própria subjetividade. Reconhecer-se ou não em um diagnóstico passaria, então, a ser um componente identitário em relação à experiência sexual.

A compilação de casos aqui analisada possui pouca interpretação clínica, bem como frágil prescrição terapêutica, ela debruça-se muito mais sobre uma nosografia e uma taxonomia patológica, que implica em uma descrição pormenorizada das diversas afecções encontradas em pacientes do próprio médico, bem como casos de colegas que a ele forneceram informações, ou até de relatos da imprensa policial da época.

Em meio aos 238 casos descritos, encontram-se 22 casos intitulados como *Homossexualidade*, que foram objeto primordial neste debate. Cabe considerar que o autor incluiu nesta categoria apenas homossexuais masculinos, os casos de homossexualidade feminina ou o transexualismo foram categorizados de modo distinto.

Ainda sobre a redação da obra, faz-se evidente uma escrita perpassada por julgamentos morais, exageros, linguagem apelativa, argumentos sexistas, etc., características que não são um “defeito” de Krafft-Ebing, antes, tal forma de abordar problemas ligados à saúde mental e ao sofrimento emocional se fizeram presentes em escritos psiquiátricos até meados do século XX. Nota-se que, somente a partir de 1970 houve uma espécie de “higienização” do discurso psiquiátrico, passaram a evitar, ou escamotear ainda mais, o juízo de valor acerca das experiências abarcadas por este saber, um saber que parece tomar para si um domínio antes tão somente moral e jurídico (a “patologia da sexualidade”, antes, era imoralidade ou crime sexual). Ao reeditar velhas concepções e interdições, com uma linguagem doravante “científica”, tem-se um grau ainda mais acentuado de aceitação de tais enunciados enquanto verdade, dado que se apresentam como discursos organicamente tramados às instituições com as quais estabelecem relações.

Sobre os diagnósticos e a nosologia psiquiátrica do século XIX:

O que seria uma anormalidade psicológica em sentido geral? Tal questão ainda não foi respondida a contento por nenhuma teoria, sempre há lacunas em qualquer definição, dada a própria complexidade cultural, afetiva e subjetiva do ser humano que impede a absolutização de diversos princípios possíveis de normatização (o princípio biológico, o desenvolvimento esperado para a idade cronológica, a regularidade estatística, etc.). Direcionando tal questionamento à vida sexual, tal definição se faz ainda mais imprecisa, senão impossível, principalmente depois dos desdobramentos científicos e culturais da obra freudiana acerca do desenvolvimento libidinal, que expõe uma sexualidade e extrapola, em muito, os limites da genitalidade ou da finalidade reprodutiva. Entretanto, diversos esforços foram empreendidos neste sentido, antes e depois de Freud, dentre os quais a obra aqui analisada.

Foucault (2005) visualizou na psiquiatria, em seu estado nascente, no século XVII, até a sua legitimação e instituição como saber em fins do século XIX, um grande esforço em torno da nosografia (descrição e classificação dos estados decorrentes da doença mental). Como observa Machado (2007), tal nosografia seria uma espécie de “justificativa médica” para o hospício, espaço de reclusão de uma imensa e difusa população, espaço que empreendia uma espécie de “terapêutica sem medicina”. Vale lembrar, também, que grande parte da nosografia se deu em meio a sujeitos já internados, foi no hospital geral, em meio a uma multidão encarcerada, que o psiquiatra encontrou os seus doentes (FOUCAULT, 2005).

Dar nome ao que se apresentava à percepção médica, experiências que desconforta-

vam o cotidiano urbano, capitalista e burguês que se consolidava nos países desenvolvidos, foi uma missão do saber psiquiátrico. A cura ou o alívio do sofrimento do paciente não compunham a pauta principal deste saber, sendo, inclusive, raro nesta época alguém efetivamente buscar de modo voluntário tais serviços; antes, eram a eles encaminhados por desejo de familiares, por determinação da polícia ou da justiça, e a terapêutica regular, era a internação por tempo indeterminado. Tal medida francamente higienista, que se ocupava das “sobras” de instâncias disciplinares como a família, a escola, o exército, o sistema produtivo industrial, etc., se tornou trivial no século XIX, e demandou uma justificativa teórica, a construção de “verdades” que pudessem amparar decisões jurídicas e morais. Foi neste enredo, que atributos como periculosidade, imputabilidade, curabilidade ou incurabilidade, terapêuticas e prognósticos foram criados, abarcando as mais diversas experiências tidas como “desviantes” (FOUCAULT, 2002).

Com relação às experiências sexuais, houve, de acordo com Foucault (2001), uma intensa apropriação dessas pelo saber médico, que proferiu discursos que incidiam sobre os hábitos da classe burguesa – não um discurso repressivo, mas sim disciplinador, sendo esta uma via preferencial de inserção das ações do poder disciplinar dentro da intimidade das famílias. Versou-se sobre a adequação ou inadequação de práticas sexuais, sobre seus riscos, sobre a educação das crianças, enfim, traçaram-se princípios normativos que colocaram o médico em posição de autoridade privilegiada, sujeito a ser consultado a fim de constituir uma população moralmente reta e fisicamente sadia.

Sob o viés dos saberes psiquiátricos que então encamparam a sexualidade, propôs-se a análise da obra em questão, *Psychopathia Sexualis*, a fim de identificar como a patologização da homossexualidade em Krafft-Ebing

se caracterizou, quais suas justificativas, as possíveis causas, os prognósticos e as curas. Tal análise procura elencar os principais argumentos sobre os quais o discurso médico se apoiou, em fins do século XIX, instituindo a legitimidade da ação e do saber médicos sobre a experiência homossexual.

Homossexualidade em Krafft-Ebing: suas formas e suas etiologias, prognósticos e curas

Nos vinte e dois relatos de casos correlacionados à homossexualidade de Krafft-Ebing, objetos do presente estudo, nos detemos a observar o que possibilitou ao autor caracterizá-los como casos de anomalias psicopatológicas da sexualidade. Tal abordagem implica em delimitar a origem e a forma dos enunciados que amparam a construção discursiva do objeto em questão: a *homossexualidade como doença*, e o modo articulado com que tais discursos se amparam entre si. Não se supõe que os relatos do psiquiatra sejam alheios ao discurso científico de sua época, que eles formem um campo discursivo totalmente novo; pelo contrário, é em um enredo discursivo peculiar, que seus dizeres ganharam sentido. Deste modo, é no entrecruzamento de enunciados psiquiátricos com o discurso moral, legal, médico e biológico daquele recorte histórico que as afirmações do autor ganharam o *status* de verdade, sendo sob este viés que os relatos dos casos foram aqui analisados. Tendo em mente que rupturas discursivas e epistemológicas fizeram com que o discurso psicopatológico de Krafft-Ebing se diferenciasse do atual, sendo concebido como ultrapassado, nós podemos o criticar com certa exterioridade, mas mantendo certa suspeita sobre qualquer verdade que venha em seu lugar, ou seja, sem assumir de antemão qualquer outro discurso

sobre a questão como mais fidedigno do que o então analisado.

Ao iniciar a análise crítica, devemos ter em vista o contexto histórico e a influência cultural presente nos casos descritos (Europa no auge de sua moral vitoriana, contexto que reprovava moralmente e coibia legalmente manifestações homossexuais). Alguns pacientes admitiam não conseguir sair desta condição homossexual, talvez nem o desejassem, mas apenas gostariam de viver uma vida em sociedade tal qual aquela vivida entre os heterossexuais: nota-se que a experiência junto à intolerância converte-se em uma espécie de *demanda terapêutica*. Em depoimento, afirmavam procurar “tratamento” a fim de viver de forma dita como normal, como no seguinte caso: “[...] por ocasião de uma consulta, em dezembro de 1889, [o paciente ‘X’] perguntou-me se havia algum meio de trazê-lo de volta para a condição sexual normal, pois não abominava de fato as mulheres e gostaria muito de se casar” (KRAFFT-EBING, 2001, p.139). Em alguns casos, de acordo com leis do país, havia punição caso o ato homossexual se desse em flagrante, como no caso de “X. Y., médico de uma cidade renomada da Alemanha, [...] denunciado por um vigia enquanto cometia uma contravenção com um camponês num campo. Estava praticando masturbação nele[...]” (idem p.188). Em um caso mais radical, o depoimento consta que o paciente “[...] procurou ajuda médica para encontrar ‘honra e descanso’” (ibid, p.188). O modo como “as curas” eram buscadas explicita a condição vivenciada pelos homossexuais: o sentimento de impossibilidade em conviver em sociedade e dar livre curso a sua forma de expressar a sexualidade.

Os casos de homossexuais masculinos mencionados no livro teriam idades entre 24 e 42 anos, e em alguns casos não foram mencionadas as idades correspondentes. Em sua grande maioria, o desejo “anormal”

era manifesto inicialmente com sonhos e masturbação estimulada por pensamentos ligados a homens, e narra-se que esses fatos ocorriam entre os 7 e os 15 anos de idade. O sentimento homossexual descrito em todo livro, baseia-se na satisfação sexual com indivíduos do sexo masculino. A aptidão sexual era estimulada e encontrada quando na relação com homens, contrapondo-se a experiência heterossexual, a qual mostrava-se impossível, ou na qual o prazer era menor ou inexistente.

Os argumentos que levam Richard von Krafft-Ebing a admitir a homossexualidade como anormal estão descritas em tentativas de justificar uma heteronormatividade, ou seja, um discurso que ampara somente as relações entre seres anatomicamente opostos (o macho e a fêmea) e que as relações maritais seriam concebíveis somente entre sexos diferentes. Nota-se aí, um princípio biológico, uma “naturalização” da experiência sexual humana, negando-lhe suas dimensões culturais e desejantes, e paradoxalmente, as expressões de gênero masculino e feminino, evidentemente culturais, são hipervalorizadas, e o que foge aos padrões regulares de conduta é ignorado e/ou perseguido num âmbito social: a heteronormatividade apoia-se na natureza, em sentido biológico, a fim de reafirmar os ditames culturais. Nesses termos,

Para definir a normalidade em relação à qual determinados comportamentos sexuais serão considerados desviantes, Krafft-Ebing buscará recurso à noção biológica, portanto natural, de “preservação da espécie”. O prazer obtido da relação sexual será natural na medida em que contribua para a reprodução. Todo erotismo praticado fora desse contexto deverá ser considerado como desviante. Sob esse prisma, deverão ser consideradas como “perversão sexual” todas as satisfações eróticas cujo objetivo não seja a preservação da espécie (LANTERI-LAURA, apud PEREIRA, 2009, p.382).

Ainda na esteira das causas orgânicas, o autor tenta atribuir a algumas doenças parentais ligadas à insanidade mental, como condições potenciais para o desenvolvimento do desejo homossexual. Krafft-Ebing insinua uma “causa orgânica hereditária”, “Sr. X., 35 anos, solteiro, funcionário civil; mãe insana, irmão hipocondríaco” (KRAFFT-EBING, 2001, p.127); “N., 41 anos, celibatário. Pai e mãe parentes próximos, mas ambos psiquicamente normais. Um tio do lado paterno era insano” (idem, p. 187); “K, 30 anos, na família de sua mãe havia vários casos de insanidade” (ibid., p.173). Presente na maioria dos casos, essas descrições médicas envolviam, além de dados do paciente, históricos sobre as condições mentais e físicas de seus pais, irmãos, tios. Explicita-se uma possível associação entre doenças parentais e a condição do paciente, como possível causa de desenvolvimento de tal “anomalia sexual”, uma suposta degeneração orgânica hereditária.

Outro aspecto evidenciado pelo autor está em atribuir a alguns atos ou experiências pontuais as possíveis causas do aparecimento do desejo homossexual. Como exemplo disso, consta a seguinte narrativa: “[...] paciente saudável [...] manifestou poderoso instinto sexual anormalmente cedo, e ainda era um menino pequeno quando começou a se masturbar” (KRAFFT-EBING, 2001, p.138) e não raro, em quase todos os casos descritos a masturbação é citada como uma provável causa para o homossexualismo. Sobre essa atribuição de um potencial iatrogênico à masturbação no século XIX, Foucault (2002) realizou grande explanação. Seus estudos apontam que tal argumento foi uma “ficção médica” que viabilizou o controle sobre a intimidade familiar, principalmente no que se refere à conduta das crianças. De tal modo, vigiar os espaços restritos da família burguesa e confessá-los ao médico, se tornaram uma obrigatoriedade em prol do bom desenvolvi-

mento físico, mental e moral dessa população (urbana e burguesa).

Para Krafft-Ebing, a homossexualidade era concebida de formas distintas, não haveria uma forma ou causa única, chegou a indiciar que ela poderia ser adquirida através de estímulos ambientais. Em um caso em específico, o autor insinua que a homossexualidade poderia ter sido adquirida, e a associa a um fetiche por pés. Hipótese escancarada no título do caso: “*Caso 91. Fetichismo/Homossexualidade adquirida*”. O autor argumenta que o excesso de masturbação teria sido significativo para desencadear desejos por homens e pés masculinos, “Sem dúvida foi a masturbação excessiva que provocou a neurose e a sexualidade invertida, para a qual foi levado pela libido intensa, insaciada pelo coito e pela visão (acidental ou não) de pés femininos” (KRAFFT-EBING, 2001, p.97). Para ele, uma vez que o paciente havia admitido ter sucesso com o sexo heterossexual, esse desejo em relação a homens fazia parte do fetiche que havia se desenvolvido e, portanto, submetendo-se a tratamento poderia manter relações exclusivamente com mulheres. Apesar de sucesso no coito, o paciente se manteve com a “anomalia”, afirmando o médico que seu estado mental degradado não poderia ser reestabelecido com a ajuda terapêutica.

Conceber algo como uma doença implica na possibilidade de idealizar a cura de tal estado ou condição, constitui-se um objeto para o saber e um poder de intervenção correlato a ele. Ao conceber a homossexualidade como doença, Krafft-Ebing desenvolveu possíveis curas e prognósticos sobre a mesma, insistindo em métodos terapêuticos, abstenções e substituições de atividades, como um possível tratamento que acreditava viável. Nos seus escritos, havia algumas recomendações, ou prescrições, as quais fazia aos que procuravam sua ajuda, essas consistiam em “[...] combate enérgico contra os desejos homossexuais, convivência com senhoras,

e por fim, coito”. (KRAFFT-EBING, 2001, p.174) e “[...] combater arduamente esses impulsos homossexuais, desempenhar seus deveres maritais sempre que possível, abster-se de álcool e masturbação, o que aumenta os sentimentos homossexuais e mata o amor pelas mulheres” (KRAFFT-EBING, 2001, p. 181). Nota-se que, para o autor, a aniquilação dos desejos homossexuais poderia provir de não os praticar, e abster-se de masturbação também, uma vez que para o autor, ela se mostra como um fator causal da homossexualidade.

Outro caso correntemente citado residia na “ajuda terapêutica” que poderia vir a ser encontrada em prostíbulos (a prostituição é tema recorrente nos mais diversos casos, também frente a outras “patologias”), como relatou um paciente: “[...] como estava cada vez mais fraco, devido à perda de sêmen, e com apetite sexual tornando-se cada vez mais intenso, passei a procurar casas de prostituição. Mas ali não encontrava satisfação” (KRAFFT-EBING, 2001, p.139), nesse sentido, as “curas” propostas pelo autor se mostram ineficientes em grande parte, ainda que este alegue ser uma responsabilidade do paciente não ser possível a realização do tratamento indicado. Abater o desejo que encaminhava o sujeito à experiência sempre se mostrou pouco provável, como em outro caso analisado: “[...] mas durante o verão ainda experimentava impulsos homossexuais” (KRAFFT-EBING, 2001, p.174), essas declarações comprovam que, apesar da abstenção do ato homossexual e da sujeição ao coito com mulheres, o tratamento não se mostrava efetivamente válido.

Em síntese, percebeu-se em Krafft-Ebing a articulação de argumentos causais como a “natureza”, entenda-se, a constituição física dos sujeitos e sua atuação sexual destinada prioritariamente para a procriação, realidade que seria subvertida pela homossexualidade; a degeneração hereditária, que fazia do adoe-

cimento de parentes próximos objeto de investigação; a masturbação, inquietante fator gerador de toda sorte de doenças; bem como as experiências que ora possuem o *status* de realização de um desejo, ora de sua causa inicial. Em relação aos “tratamentos”, nota-se uma exigência de repressão do impulso homossexual e o empreendimento de tentativas, mesmo que repulsivas, de contato com o sexo oposto. Nesta esteira, um prognóstico ruim se apresenta como destino óbvio para a maioria dos casos apresentados: tal “transtorno” talvez seria, em muitos pacientes, *incurável*. Aí reside uma importante incoerência médica, já apontada por Foucault (2002), o anormal é tomado como objeto de uma intervenção, de antemão, tida como fracassada.

Por fim, cabe considerar que a forma como Krafft-Ebing manifestou sua apologia à natureza orgânica, evidenciando como adequadas somente experiências pertinentes aos indivíduos heterossexuais em relação sexual genital, diagnosticando condições diversas como doenças ou perversões, normatiza a experiência sexual em limites não-humanos: a amplitude do erotismo em geral, para além da experiência homossexual, sofre importante disciplinamento médico e normatização nosológica.

Sobre as Críticas Foucaultianas Acerca do Saber Psiquiátrico:

De acordo com Machado (2007), se tem em Foucault, primeiro, a narrativa de um embuste empreendido por uma medicina epistemologicamente frágil, moral e juridicamente engajada, a *psiquiatria*, cujos parâmetros de ação iniciais não sofreram grandes mudanças até meados do século XX, e que se trama em um processo de cisão política e filosófica entre razão e desrazão, empreendido às portas da Modernidade (crítica presente na obra *História da Loucura*

na *Idade Clássica*, que data originalmente de 1961); e logo em seguida, a descrição de uma experiência de sucesso do campo médico, narrando a entrada da medicina geral nos moldes empíricos, em *O nascimento da clínica* (obra datada de 1963), na qual Foucault disserta sobre a desvinculação do ato médico do predomínio das representações e das teorias, e o direcionamento de seu olhar sobre a realidade do corpo doente. Nota-se com isso, que Foucault não toma o saber médico como unívoco, não existira em sua concepção “a Medicina”, mas práticas e saberes distintos dentro desta mesma denominação, também este campo não seria uma ciência, no sentido forte do termo, mas sim um saber, que compreende um arranjo discursivo e extra-discursivo nitidamente tramado com a experiência social e institucional no momento em que ele ocorre. Deste modo, o filósofo francês assumiu esses saberes médicos como objetos de uma análise nomeada por ele como arqueológica, e mais tardiamente, como genealógica, e não como objeto de uma epistemologia: não fez um estudo da evolução dos conceitos e teorias, mas sim uma análise sobre as suas *condições de emergência*, e depois, na fase genealógica, de sua *possibilidade de existência*.

Tomando este mesmo viés, o presente artigo não seria um pequeno estudo propriamente epistemológico, não caberia analisar conceitos do final do século XIX, com o crivo dos conceitos atuais, ou com a moral atual. Pelos mesmos motivos, não pareceria possível nem viável reconstituir o desenvolvimento cronológico de uma suposta “ciência acerca da homossexualidade”. Antes, o intento seria resgatar os argumentos que foram necessários para que o saber psiquiátrico da época estudada pudesse encampar esta experiência e a partir de então, tomá-la como uma doença, como objeto do saber médico, cuja suposta gênese derivaria, como em tantas outras experiências sexuais, de uma espécie

de “perversão do instinto sexual”. (KRAFFT-EBING, 2001, p.4).

Tal estudo também não se justificaria sob o argumento de um mero registro histórico, tem-se em mente que mecanismos desta mesma natureza persistem atuando nas concepções hodiernas sobre a homossexualidade, mas agora sob o regimento das formações discursivas de nossa época, das “verdades atuais”, que talvez saltem aos olhos à medida que um olhar retrospectivo seja realizado. Também, viabiliza-se por este meio, a análise daquilo que se tem atualmente como “preconceito”, mas que foram noções, em determinado momento, tidas como dignas de crédito, dado que “verdades” enunciadas pelo campo médico.

A potência crítica desta abordagem, que implica em um resgate histórico de noções, em grande medida abandonadas, pode ser resumida nas seguintes palavras:

A estratégia de Foucault é utilizar-se da nossa surpresa de não sabermos o que essa descrição poderia mesmo significar – descrição que já foi uma vez considerada como uma narrativa objetiva séria – e transformar isso em uma crítica devastadora de nossa presunçosa suposição de que agora, finalmente, a ciência médica convergiu para a verdade objetiva (DREYFUS e RABINOW, 2013, p.13).

Certo efeito de “desconforto” é imediato ao analisarmos um discurso do passado; evidenciam-se, nele, seus pontos de ancoragem nas instituições, na moral, no sistema legal e produtivo de sua época, bem como no léxico técnico, no arranjo “coerente” que formam dentro da dimensão propriamente sónica e discursiva. De tal modo, visitar o antigo seria pôr em suspenso o atual, causar no discurso corrente em nossa época algum grau de estanhamento: estariam nossas verdades operando com os mesmos recursos, mas por serem “nossas” (permearem as

instituições atuais, apoiarem-se nos valores atuais, serem produzidas nos moldes atuais, etc.), nos pareceriam plausíveis ao ponto de não percebermos suas inconsistências? Esta é a indagação que fomenta e justifica esta forma de estudo.

Considerações Finais

A sexualidade humana, em marcante ruptura com a experiência de reprodução dos demais animais, carrega as marcas da subjetividade, o modo idiossincrático como ela se constitui, bem como as marcas da cultura na qual ele emerge – a sexualidade é nomeada, classificada, moralmente avaliada, de acordo com as verdades de seu tempo. Todas as expressões de sexualidade são constituídas para além dos corpos, em uma dimensão discursiva.

A obra aqui analisada teve sua pertinência em um contexto específico, participando de um grande esforço de apreensão médico-científica da experiência humana. Embora hoje soe grosseira ou preconceituosa, ela correspondia às verdades de sua época, dialogava de modo coeso com a moral, as instituições e os demais saberes daquele contexto.

Ao assistimos a uma tentativa de reedição nacional de dispositivos de segurança que visam “salvaguardar a família” ou “a infância” de uma supostamente perniciosa presença do homossexual, empreendida por parlamentares religiosos, mas que se utilizam de termos como anormalidade e cura, caberia

indagar até que ponto não estamos às voltas com esforços para a superação de preconceitos derivados do saber científico de outrora, (pré)conceitos com uma aguda capacidade de impregnar a experiência e desdobrar-se em repercussões práticas.

O homossexual, este outro perigoso do século XIX, que desvirtua o destino natural pensado por uma ciência engajada em fervores darwinistas, já teve olhares diversos, como por exemplo, o elogio social da Antiguidade grega, onde se fazia digno de estar explicitamente presente, inclusive nos diálogos platônico-socráticos. Mas antes de pensarmos que tal estado seria uma condição de melhor acolhimento da diversidade sexual, cabe ponderar que tal concepção acerca da experiência homossexual era fruto de uma sociedade a tal ponto falocêntrica, que via a relação com as mulheres como um ultrajante dever.

O desafio seria, então, pensar o presente e o que agora se faz desta experiência. Tomá-la como um objeto filosófico, e não médico, psicológico ou jurídico como outrora, a fim de problematizá-la em amplo diálogo com a realidade cultural, científica e jurídica na qual se insere. Seria como deixar de buscar “a verdade” sobre a homossexualidade, uma verdade que enquadra, que torna a experiência e os sujeitos nela envolvidos objeto de intervenções e classificações, pondo no lugar deste esforço, o debate sobre as verdades que se instituem no regime discursivo atual e seus impactos sobre os modos de viver a sexualidade.

REFERÊNCIAS

- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2013.
- FOUCAULT, M.. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Os Anormais**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A história da loucura**: na Idade Clássica. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia Sexualis**: as histórias de caso. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACHADO, R. **Foucault**: a ciência e o saber. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

OOSTERHUIS, H. Sexual Modernity in the Works of Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll. **Medical history**, 2012, v. 56, n.2, p.133 -155. Disponível em <doi:10.1017/mdh.2011.30>. Acesso em: 22 set. 2015.

PEREIRA, M.E.C. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 379-386, jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142009000200011>>. Acesso em: 22 set. 2015.

